



**CÂMARA MUNICIPAL  
DO RIO GRANDE**  
O BERÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

**PROJETO DE LEI Nº 198 /2025**  
**PROTOCOLADO SOB Nº 10003 /2025**  
**EM 16 / 12 /2025**

**“Autoriza o consumo de alimentos  
remanescentes da merenda escolar por  
servidores e professores da rede municipal de  
ensino e da outras providencias. ”**

**Art. 1º** Fica autorizado o consumo, por servidores públicos municipais e professores da rede municipal de ensino, dos alimentos remanescentes da merenda escolar preparados e não servidos aos alunos, desde que estejam em condições adequadas para consumo, conforme normas sanitárias vigentes.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, consideram-se alimentos remanescentes aqueles que:

- I – tenham sido preparados para o atendimento dos alunos;
- II – não tenham sido servidos ou distribuídos;
- III – estejam dentro do prazo de validade e em boas condições de higiene e segurança alimentar.

**Art. 3º** A autorização prevista nesta Lei não poderá, em nenhuma hipótese, comprometer o atendimento nutricional dos alunos, que terão sempre prioridade absoluta no fornecimento da merenda escolar.



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2025**  
**PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2025**  
**EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025**

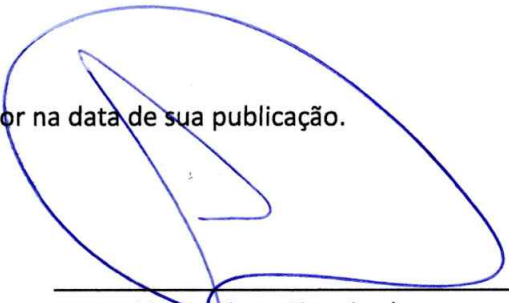
Art. 4º A responsabilidade pela avaliação das condições de consumo dos alimentos caberá à equipe responsável pela alimentação escolar, observadas as orientações da vigilância sanitária e dos órgãos competentes.

Art. 5º O consumo dos alimentos remanescentes tem como objetivos:

- I – evitar o desperdício de alimentos;
- II – promover o uso consciente dos recursos públicos;
- III – garantir mais dignidade e reconhecimento aos profissionais da educação.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para assegurar sua correta aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



---

Ver. Luciano Figueiredo - LUKA

**PSDB**

**Justificativa:** Em plenário